BIBLIOTECA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 1 — N.º 04 18 DE FEVEREIRO DE 1977

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
BIBLIOTECA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

338.105
0004
p
v.1, n.4, fev. 1977

AGROANALYSIS

é uma publicação quinzenal de análise da conjuntura agropecuária, editada pelo Grupo de Informação Agrícola.

COORDENADOR

Paulo Rabello de Castro, Ph. D.

EQUIPE TÉCNICA

Ailton Coentro Filho, M. S.
Bruno Marcus Rangel Pessanha, M.S.
Roberto Moreno Moreira, M. S.

EQUIPE DE APOJO

Aloísio da Cunha Nóbrega
Ana Maria Mendes Simões
Maria Eunice Rocha

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. 1 nº 04 18 de fevereiro de 1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

O Inverno Norte-Americano: repercussões agroeconômicas (pág. 2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Feijão: considerações sobre o aumento dos preços de tabela e a normalização do abastecimento interno (pág. 6)

Pecuária Bovina: novo critério de reajuste de preço do leite, deve ser motivo de alento para os produtores (pág. 7)

Soja: o governo se preocupa com o abastecimento interno, fixando cotas à exportação de derivados (pág. 8)

NOTAS ESTATÍSTICAS

Uma pauta mais diversificada de produtos agrícolas constitui exigência fundamental para elevadas taxas de crescimento das exportações (pág. 9)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

357885

ANÁLISE DA QUINZENA

O Inverno Norte-Americano: repercussões agroeconômicas

A sociedade norte-americana desfruta do mais alto padrão calórico internacional e dispõe das maiores reservas mundiais de alimentos, constituindo-se, assim, numa das poucas ilhas isoladas da tragédia da fome, que assola de forma endêmica 2/3 da humanidade. Nem por isso deixa de apresentar pontos vulneráveis, por depender da importação de alguns produtos agrícolas tropicais e pelo alto custo da armazenagem a frio dos artigos de alta perecibilidade. Café e cacau, e parcialmente o açúcar, são exemplos dessa vulnerabilidade. Frutas, legumes e hortaliças seriam os produtos de escassez transitória pelos altos custos de sua armazenagem a frio.

O atual inverno nos EUA tem sido de um rigor e persistência inéditos, pela ocorrência de nevascas sucessivas e prolongadas no Meio-Oeste e Nordeste, de geadas em regiões sub-tropicais, além da seca na região ocidental. Até o presente momento, não foram dimensionadas as repercussões globais dos fenômenos climáticos no plano agroeconômico. O montante dos prejuízos dependerá do comportamento do clima no mês de fevereiro (as previsões indicam novas nevascas e ondas de frio). Ademais, por ocasião do degelo da primavera, os agricultores poderão ter seus programas de plantio irremediavelmente atrasados por violentas inundações. Contudo, os levantamentos já realizados revelam prejuízos de monta. Na Flórida, a geada no período 18/20 de janeiro p.p. atingiu a safra de frutas (principalmente laranjas), cana-de-açúcar, legumes e hortaliças. Já se sabe, também, que o trigo de inverno e as pastagens estão sendo severamente castigados.

Diante desse quadro, é previsível uma certa retração da oferta interna de alimentos. Naturalmente, será a oferta nacional (interna + importações), ponderada pelo comportamento futuro da demanda que, em última análise, definirá o ritmo de expansão dos preços dos produtos agrícolas do mercado americano. Alguns prognosticadores já reavaliaram suas estimativas de alta de 5,8% dos preços ao consumidor para 6,4% durante o ano de 1977. Mas a elevação

dos preços pode ser mais do que compensada por um efeito-renda negativo se, realmente, a retração do consumidor norte-americano se intensificar, em virtude de uma pressuposta queda no nível geral de emprego - sequela macroeconômica da paralisação da atividade econômica nos estados mais atingidos.

A par dos indicadores da economia americana, as pressões altistas das Bolsas de Mercadorias de Nova York e Londres, por si só, já representam um convite à nossa reflexão sobre os possíveis (e desejados) dividendos do frio para a nossa pauta de exportações.

A consequência climática de maior conhecimento público foi, certamente, a grande movimentação em torno do preço do suco concentrado de laranja no mercado internacional. Após uma nervosa pressão altista, que elevou o preço de 37,5 cents/lb-peso em 11/1/77 para 76,6 cents/lb-peso em 9/2, o mercado teve um ligeiro arrefecimento após a intervenção estatística do USDA. O Departamento liberou uma estimativa de perdas de apenas 11% da safra americana de laranjas, o que ainda situaria a produção norte-americana de 77 num nível recorde.

Como os estoques americanos de concentrados permanecem relativamente elevados, embora haja controvérsia a respeito de seu exato quantitativo, o nervosismo das cotações de bolsa refletiria apenas o otimismo dos especuladores, que preferem manter suas posições até que se defina melhor o nível real da perda norte-americana. A prevalecer a estimativa do USDA, coadjuvada pela disponibilidade de estoques espelhada nos preços relativamente baixos antes da onda de frio, é de se supor que os preços já tenham atingido o pico de alta.

Portanto, não é descartável a hipótese de que as cotações do concentrado voltarão a se alinhar à realidade do mercado em um novo patamar cuja linha de resistência seria em torno de 45 cents/lb-peso. Para o Brasil, cuja produção parece estabilizada entre 76 e 77, qualquer ganho de exportação adviria da manutenção de altos preços até a nossa próxima safra. Assim, a linha de resistência de 45 cents/lb-peso poderia significar ganhos mínimos de US$ 10/20 milhões sôbre o valor das exportações de suco em 76.

No mercado de cacau, soma-se a retração da oferta à nova firmeza da demanda, respaldada pelo frio rigoroso na Europa e nos EUA, que imprimiu fôrça inusitada às cotações do início de janeiro p.p. As recentes estatísticas sobre o ritmo da moagem na Europa Ocidental e nos EUA, publicadas no início do ano, produziram uma nova alta, após relativa estabilidade de preços no disponível em nov-dez. 76, quando flutuaram na faixa de 150-160 cents/lb-peso. O frio, por outro lado, adiou qualquer tentativa de retração voluntária do consumo de chocolate. Esses dois fatores, aliados, lançaram os preços no disponível à casa dos 200 cents/lb-peso nos últimos dias.

Estas cotações mais recentes ultrapassam as previsões de analistas internacionais realizadas no último trimestre. Por exemplo, segundo o grupo da Continental Grains, o pico das cotações ocorreria entre março e maio de 77 atingindo de 140 a 150 cents/lb-peso. Além disso, é preciso considerar que os mesmos analistas previam uma média anual de apenas 106 cents/lb-peso em 77. Como as cotações de nov-dez/76 já haviam incorporado a redução de 17% na oferta dos principais produtores mundiais, o aumento de cerca de 30%, verificado após o início do ano está em desalinho com os fatos conhecidos do mercado. Agregando-se a isso o fato de que as cotações no disponível nos dois últimos meses de 76 se situaram 100% acima da média daquele ano, todos esses elementos somados parecem indicar que nossas oportunidades de preço no mercado de futuros para a safra 77 devem ser consolidadas a curto prazo, se quisermos tirar partido da alta conjuntural das últimas semanas.

Por demais conhecidas, as cotações do café continuaram subindo desde janeiro último, atingindo novos recordes. Certamente, os efeitos das ocorrências climáticas também estão imbutidos nas novas pressões altistas dos preços do café no mercado internacional, pondo fim à tentativa de boicote nos EUA. Embora o Brasil deva usufruir de uma posição bastante confortável no mercado durante o 1º semestre deste ano, o maior problema em relação às nossas exportações de café está a médio prazo quando, uma vez revertida a tendência altista que ora se verifica, o mercado poderá se normalizar a um nível de consumo mais baixo do que a média dos últimos anos. Esta possibilidade, embora controversa, viria precipitar nossa necessidade de diversificar ainda mais a pauta de produtos agrícolas exportáveis (vide Notas Estatísticas).

No mercado de açúcar, nada indica que as geadas ocorridas no Sul dos EUA possam alterar o panorama depressivo dos preços internacionais. Embora não exista, ainda, nenhuma avaliação de perdas da próxima safra americana em consequência do desastre climático, o excedente mundial de açúcar, fixado em mais de 3 milhões de ton seria mais do que suficiente para recompor qualquer escassez no mercado norte-americano. As cotações internacionais certamente não reagiram significativamente à onda de frio pois, desde o início de janeiro, tiveram apenas uma tímida reação em torno de 15%, num mercado que variou apenas entre estável e firme.

Finalmente, de possíveis perturbações nos mercados de carne bovina e hortifrutigranjeiros, muito pouco se beneficiará o Brasil. No primeiro caso, porque os exportadores tradicionais (Austrália, Nova Zelândia e México) poderão cobrir rapidamente qualquer carência norte-americana; no segundo caso, por se tratarem de produtos em que ainda não temos tradição e "know-how" de exportação para os sofisticados consumidores americanos.

Assim, parece prematuro se afirmar que, das consequências do inverno norte-americano, sobrevirão significativos dividendos de exportação para o Brasil. Não obstante, resta-nos o "consôlo" de que os rescaldos do sinistro podem ainda nos reservar algumas surpresas. São justificadas as preocupações dos produtores americanos quanto aos possíveis efeitos das inundações consequentes do degelo. Neste caso, alguns benefícios poderiam ser capitalizados nos mercados de soja e milho. Além disso, a recente escassez de gás natural nos EUA reavivou discussões, a nível do governo federal, sôbre as desvantagens do controle de preços sobre aquela matéria-prima. Uma liberação de preços poderia vir desaguar sobre os produtores norte-americanos onerando os custos dos fertilizantes nitrogenados, com reflexos negativos sôbre seus programas de plantio para a safra 77/78.

*****
****
***
**
*

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** FEIJÃO

A crise do abastecimento interno, que já perdura por vários meses, parece estar se encaminhando para seu desfecho. A portaria nº 6 da SUNAB, elevando os preços do feijão preto no atacado e no varejo, procura atender às solicitações feitas por produtores e atacadistas desde o ano passado.

Ainda é cedo para avaliar se o aumento médio de 12% normalizará completamente o mercado. Entretanto, não resta dúvida de que a tabela anteriormente em vigor era insuficiente para remunerar adequadamente os produtores. A cultura do feijão preto ainda se ressente do baixo nível da tecnologia empregada em seu cultivo. Além do tabelamento, as variedades existentes são antigas, de baixa produtividade e muito sensíveis a pragas e doenças.

Esses fatores, que tornam a cultura pouco rentável, acabam por transformá-la em lavoura marginal. Para garantir sua remuneração, o agricultor destina maior parcela de seus recursos ao plantio de produtos mais lucrativos. Por este motivo, existem milhares de produtores com pequena participação na colheita total, o que dificulta a fiscalização em caso de estocagem, como ocorreu no episódio da intervenção da COBAL.

A decisão do governo em elevar os preços da tabela, permite que os produtores e atacadistas atendam ao mercado cobrindo seus custos de produção, transporte e armazenagem. A normalização do abastecimento, no entanto, fica na dependência de que cooperativas e atacadistas não procurem ganhos adicionais (sob a hipótese de inflação zero). Algumas cooperativas, por exemplo, elevaram ainda mais os preços do produto ao tomarem conhecimento da nova tabela.

Na hipótese deste comportamento se difundir, o governo poderia optar entre importar o feijão, eliminar o tabelamento - atendendo às manobras especulativas inerentes ao processo de comercialização e penalizando o consumidor - ou estabelecer, mais uma vez, o confisco "branco".

*** PECUÁRIA BOVINA

Com a recente resolução do CONAB, o Ministro Paulinelli obteve um importante tento para a dissolução da crise leiteira nacional. Mediante um aumento de 14,5% sobre os atuais Cr$ 2,10, os produtores passarão a receber Cr$ 2,40 a partir de 1º de março p.f. por cada litro de leite "in natura". Mais do que isso, o Ministro teria comprometido os Conselheiros em dois outros aumentos de, respectivamente, 19% e 12%, em 1º de maio e 1º de julho p.f., elevando assim, sucessivamente, o preço ao produtor para Cr$ 2,85 e Cr$ 3,20.

O que deve ser motivo de maior entusiasmo para o produtor não são os percentuais de aumento fixados, porquanto apenas recompõem os níveis de preço anteriormente concedidos, e sim, o judicioso arbítrio do voto do Ministro da Agricultura.

Entre o aumento de jan/75, e os reajustes agora prometidos, patenteia-se a diferença qualitativa entre os dois critérios de política de preços. O acréscimo concedido em 75, em plena safra, serviu apenas para engordar a torrente de leite desperdiçada pela insuficiente capacidade de beneficiamento das usinas, diluindo-se, depois, pelo processo inflacionário daquele ano. Desta vez, o Ministro vem, criteriosamente, prometer maiores reajustes para o início da entressafra, quando os pecuaristas têm seus custos de produção elevados pela seca. Estimula-se,assim, a produção na oportunidade certa.

Resta confiar que elevadas taxas de inflação não diluam os percentuais barganhados pelo Ministro junto aos Conselheiros e que estes, por sua vez, não cedam à tentação de inibir os futuros índices de inflação às custas do atormentado setor leiteiro.

É realmente uma pena que o mesmo critério e o mesmo bom senso não tivessem sido estendidos, na reunião do CONAB, à pecuária de corte. As perspectivas de escassez dos próximos dois anos instam por estímulos urgentes de preços. Felizmente, ainda há tempo até a próxima entressafra de carne bovina, para outro reajuste de preço que seja compatível com os custos mais elevados da entressafra,corrigindo-se, também, a inflação dos próximos meses.

Agroanalysis
vol. 1 nº 04 18 de fever. 77

*** SOJA

O esquema de comercialização da nova safra de soja, que normalmente resultaria da reunião do Comitê de Soja, ficou praticamente definido no dia 12 p.p., em reuniões sucessivas entre a diretoria da CACEX e representantes do setor. Embora oficialmente nada tenha sido divulgado, os resultados dessas reuniões mostraram que o governo está sensível às exigências do abastecimento interno de óleo e farelo, para os quais teria estabelecido cotas de 1 milhão e 1,2 milhão de ton, respectivamente, buscando garantir o suprimento do mercado interno em 77. Esta posição coincide exatamente com a opinião de AGROANALYSIS (ver número anterior) que, longe de negligenciar a potencialidade das exportações do complexo soja, reconhece, entretanto, a necessidade de se estabelecerem controles para venda no mercado externo, sob pena de incorrermos em custos sociais elevados. Por exemplo, a liberdade que têm os exportadores em incrementar as exportações quando os preços do farelo e óleo se elevam no exterior, alçando os preços internos, não é contrabalançada por igual faculdade de se importar os mesmos produtos quando os preços internos superam as cotações internacionais.

Por outro lado, circulam rumores de que, tal como no caso do café, o governo estabeleceria o confisco cambial para as exportações de soja em 77. À parte motivações desconhecidas, a medida teria como objetivo proteger o mercado interno da influência dos preços internacionais, que se espera continuem em alta. Saliente-se, contudo, que o propósito de tal política já será assegurado com a fixação das cotas de grãos, farelo e óleo para o abastecimento interno. A medida resultaria, também, em inevitável desestímulo à produção nacional, cujo vertiginoso crescimento é explicado, principalmente, pelo incentivo dos preços internacionais a partir de 1970. Através do confisco, o governo tornar-se-ia sócio indesejado dos sojicultores, cuja cota de participação nos recolhimentos federais pode sempre ser feita pelos instrumentos tributários não-discriminatórios disponíveis.

Embora o mecanismo de preços, por si só, seja incapaz de encontrar a forma de alocação socialmente desejável do complexo soja entre indústrias, exportadores e consumidores internos - e, por isto, se requer a intervenção governamental - por outro lado, a pronunciada incidência de medidas estranhas ao funcionamento do mercado pode inibir a produção. Assim, o confisco cambial para a soja, além de se constituir em medida redundante, provavelmente irá matar a galinha dos ovos de ouro.

NOTAS ESTATÍSTICAS

Secularmente, a agricultura tem dado expressiva contribuição ao equilíbrio do nosso balanço comercial, financiando a industrialização do país. O recrudescimento da exigência de exportações crescentes tem colocado em evidência a questão de como a agricultura poderá continuar executando sua tarefa de custear o modelo de substituição de importações. Duas respostas surgem naturalmente:

- a diversificação da pauta de exportação a fim de elevar o valor global das exportações e reduzir a dependência brasileira às oscilações do mercado internacional;
- o aumento do valor adicionado dos bens exportáveis via industrialização de produtos agrícolas (agroindústrias), quando rentável esta operação do ponto de vista das vantagens internacionais.

Nestas notas, procuramos tecer alguns comentários a respeito da expansão dos mercados de nossos produtos primários e examinar algumas pré-condições à diversificação da pauta de exportações.

Dividem-se os produtos primários exportáveis em três grandes grupos:

I) Tradicionais: reúne os produtos que, de longa data, têm uma participação preponderante, embora estacionária, no nosso balanço comercial;

II) Dinâmicos: congrega os que têm reagido pronta e continuamente aos estímulos do mercado internacional;

III) Potencialmente Significativos: agrupa os produtos que encontram obstáculos em reagir às oportunidades internacionais, seja por desorganização do mercado ou pelo baixo nível da tecnologia empregada (milho), seja pela falta de apoio interno à produção e pouca agilidade na comercialização (carnes),

ou por limitações do mercado internacional a exigir uma política comercial agressiva.

A potencialidade do último grupo se explica porque, uma vez reduzidos ou eliminados os entraves descritos, estes produtos têm condições de aumentar expressivamente sua participação nas exportações brasileiras.

Por outro lado, o valor exportado dos produtos em estudo, inclui seus derivados e industrializados. E não pode ser de outra forma, porque a contribuição do setor agrícola ao balanço de pagamentos não se limita à receita cambial oriunda dos produtos "in natura". É perfeitamente possível que se exporte pequeno valor de um primário em sua forma natural e, ainda assim, a parcela de sua produção destinada ao mercado externo seja elevada em virtude da exportação feita após beneficiamento doméstico (caso do algodão em 76).

A partir da definição dos grupos e dos valores exibidos na tabela, pode-se observar a acuidade na escolha dos produtos que exemplificam cada grupo.

As conclusões obtidas através dos dados apresentados podem ser resumidas como se segue:

- O mercado externo para os produtos tradicionais não tem se ampliado em termos reais. A nota dissonante dada pelo açúcar no período 72/75 pode ser atribuída a fatores conjunturais, pois o valor real exportado em 76 retoma o nível da tendência histórica. No caso do café, é curioso notar que, ao deflacionarmos os valores da exportação, o efeito-preço da geada ocorrida em 75 perde parte do seu impacto relativamente aos valores anteriores da série. Em 73, por exemplo, o resultado real da exportação do produto se aproxima da receita esperada em 76, mormente se considerarmos a crescente exigência de divisas para importação entre 73 e 76;
- a exportação de produtos considerados dinâmicos expande-se fortemente, em particular o complexo soja. A variância da série observada, por sua vez pouco expressiva, indica a tendência de participação crescente dos "dinâmicos" nas exportações totais em virtude de sua competitividade e da expansão dos seus mercados;

- não é possível depender dos produtos considerados potencialmente significativos como geradores seguros de divisas. A alta variância das séries é o resultado de fatores diversos sobre os quais não temos controle. O exemplo da carne, que depende de condições excepcionalmente favoráveis no mercado externo, demonstra a irregularidade da contribuição desse terceiro grupo de produtos ao nosso balanço comercial, a menos que se desenvolvam instrumentos saneadores das dificuldades acima descritas;

Parece evidente que a diversificação é uma exigência fundamental para alcançarmos taxas mais elevadas de crescimento das exportações. A dificuldade de ampliação dos mercados importadores dos "tradicionais" fica evidente por seu caráter estacionário, nos últimos onze anos. A solução que se coloca é diversificar a pauta, valorizando o esforço que vem sendo desenvolvido no setor de "dinâmicos" e reduzindo os obstáculos que impedem a dinamização dos produtos "potencialmente significativos".

*****
****
***
**
*

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS EXPORTÁVEIS [1/]

(inclusive seus derivados e industrializados)

Em US$ 1.000 FOB

ANOS	TRADICIONAIS			DINÂMICOS			POTENCIALMENTE SIGNIFICATIVOS		
	CAFÉ	AÇÚCAR	ALGODÃO	SOJA	CACAU	LARANJA E SUCO	MILHO	CARNES *	ÓLEO DE MAMONA
1966	1.431.629 (100)	149.056 (100)	229.859 (100)	51.118 (100)	133.344 (100)	15.725 (100)	58.260 (100)	66.644 (100)	41.334 (100)
1967	1.353.623 (94,6)	174.020 (116,7)	181.276 (78,9)	72.875 (142,6)	151.976 (114)	19.110 (121,5)	40.744 (69,9)	40.844 (61,3)	42.824 (103,6)
1968	1.437.281 (100,4)	191.597 (128,5)	255.104 (111,0)	45.470 (89,0)	132.214 (99,2)	26.564 (168,9)	102.774 (176,4)	91.644 (137,5)	65.572 (158,6)
1969	1.466.170 (102,4)	211.288 (141,8)	374.598 (163,0)	91.304 (178,6)	241.011 (180,7)	25.076 (159,5)	57.105 (98,0)	134.856 (202,4)	78.282 (189,4)
1970	1.642.640 (114,7)	224.675 (150,7)	305.640 (133,0)	118.322 (231,5)	184.017 (138,0)	30.413 (193,4)	134.840 (231,4)	177.372 (266,1)	63.965 (154,8)
1971	1.331.519 (93,0)	261.634 (175,5)	269.475 (117,2)	175.082 (342,5)	148.771 (111,6)	64.690 (411,4)	129.634 (222,5)	294.651 (442,1)	64.683 (156,5)
1972	1.639.268 (114,5)	646.722 (433,9)	388.989 (169,2)	457.390 (894,8)	155.162 (116,4)	71.701 (456,0)	22.248 (38,2)	420.826 (631,5)	834.452 (201,9)
1973	1.843.442 (128,8)	808.741 (542,6)	454.941 (197,9)	1.301.905 (2546,9)	203.387 (152,5)	92.841 (590,4)	14.841 (25,5)	416.174 (624,5)	168.413 (407,4)
1974	1.131.139 (79,0)	1.593.100 (1068,8)	262.028 (114,0)	1.028.284 (2011,6)	390.134 (292,6)	74.973 (476,8)	166.566 (285,9)	221.878 (332,9)	148.177 (358,5)
1975	986.801 (68,9)	1.209.663 (811,5)	264.263 (115)	1.377.548 (2694,8)	345.261 (258,9)	99.261 (631,2)	166.296 (285,4)	171.564 (257,4)	54.787 (132,5)
1976 [2/]	2.398.284 (167,5)	347.524 (233,1)	131.144 (57,1)	1.756.558 (3436,3)	357.236 (267,9)	100.900** (641,7)	164.678 (282,7)	104.428 (156,7)	76.626 (185,4)

Fonte: CACEX
Elaboração: GIA

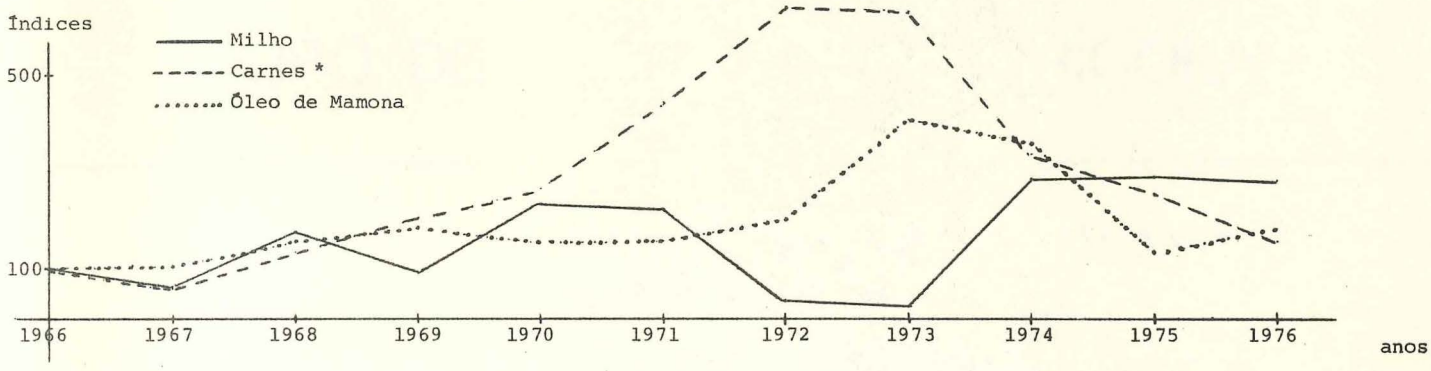
1/ Em valor real, deflator base set/76
2/ Dados Preliminares
( ) Índices de crescimento. base 1966

* Bovinos, Equinos e Frangos
** Refere-se a Suco

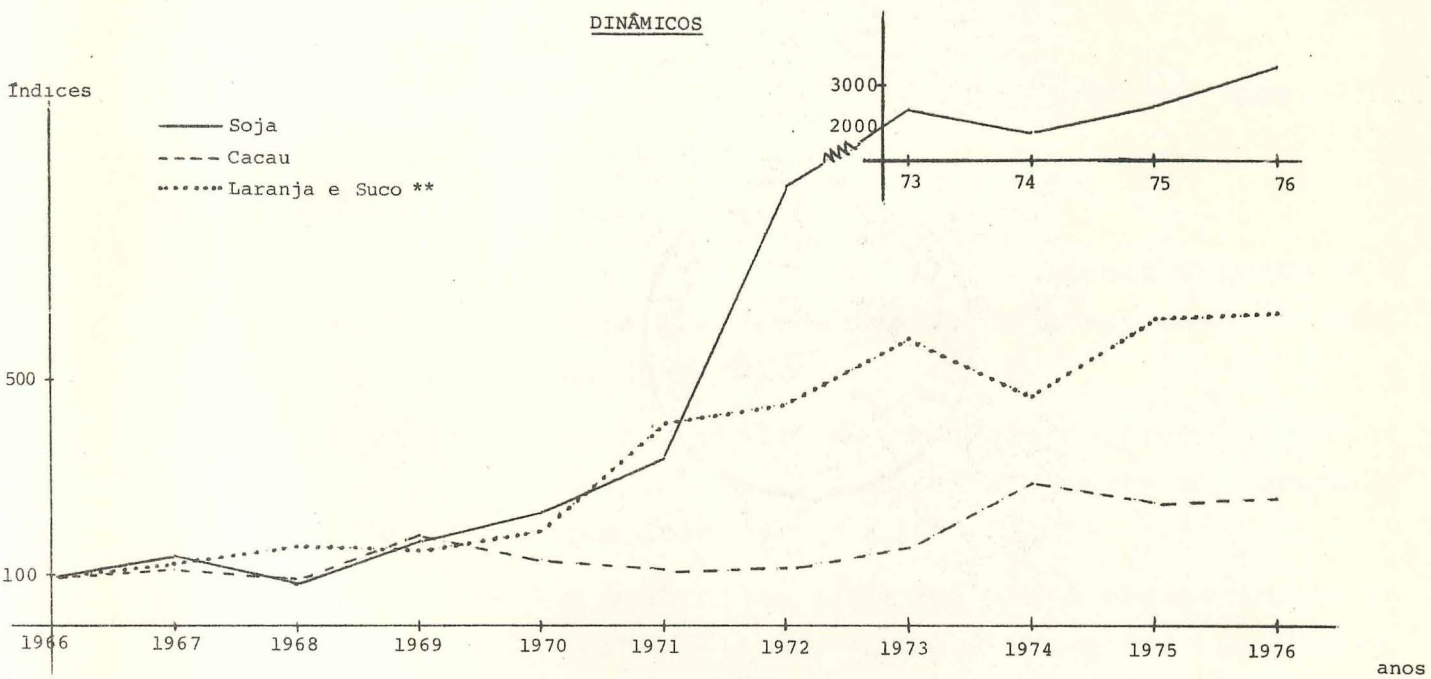
INDICES DE CRESCIMENTO 1/ DO VALOR REAL 2/ DE EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGRICOLAS BRASILEIROS

(inclusive seus derivados e industrializados)

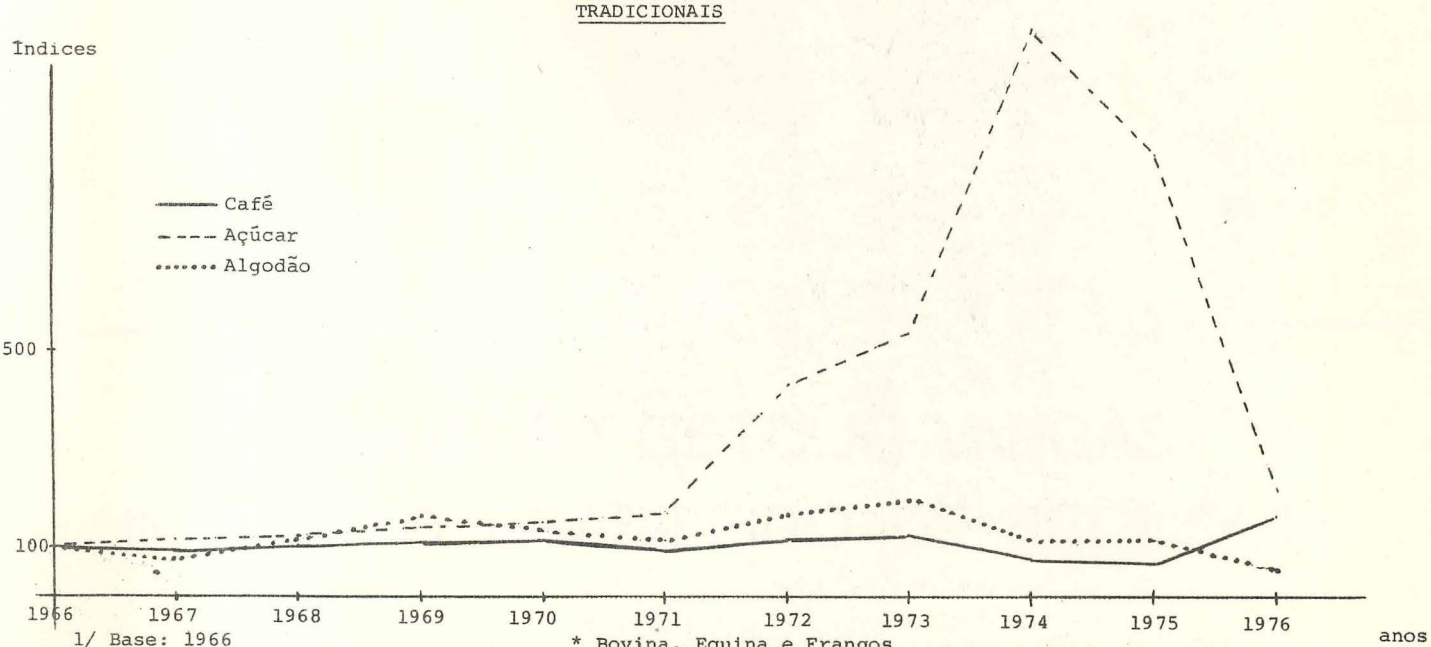
POTENCIALMENTE SIGNIFICATIVOS



DINÂMICOS



TRADICIONAIS



1/ Base: 1966

2/ em US$ de set/76

* Bovina, Equina e Frangos

** Exportações de 1976 referem-se somente a Suco

Fonte: CACEX

Elaboração: GIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-educativo e Filantrópica, instituida em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudos dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 – CAIXA POSTAL: 9.052
CEP. 20.000 - TEL.: 266-1512 – RIO DE JANEIRO - RJ

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Eugenio Gudin
Membros: Alberto Sá Souza de Britto Pereira, Carlos Medeiros Silva, João Carlos Vital, Jorge Oscar de Mello Flores, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Rubens d'Almada Horta Pôrto.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Henrique de Toledo Dodsworth, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral - ROBERTO HERMETO CORRÊA DA COSTA .

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA

Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Consultor: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social

Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais - Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria

Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados - Eugênio Decourt

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire. 647 — 10.º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL
Tels. 232-5001 - 232-8678 - 232-2548